



SUSPENSÃO DO ORÇAMENTO SECRETO PODE IMPACTAR VOTAÇÃO DE PEC'S 23 E 32 NA CÂMARA



Depois que a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, concedeu liminar que suspende o chamado orçamento secreto que garantia execução de emendas de relator, votações de propostas como a PEC 23, dos precatórios, e a PEC 32, da reforma Administrativa, podem ser impactadas. A decisão foi provocada por uma ação movida por partidos de oposição que alegam que as emendas de relator não são transparentes e tem sido usadas pelo governo e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, como moeda de troca junta a base aliada. Weber chamou o modelo de 'obscuro e anônimo' em sua decisão. O tema vai ser avaliado pelo plenário do Supremo em sessão extraordinária de deve ser concluída entre essa terça e quarta-feira. A votação em 2º turno da PEC 23, que tem sido chamada 'PEC do Calote', segue indefinida. O mesmo acontece com a PEC 32. Segundo levantamento do Observatório da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, o governo não tem os 308 votos necessários para aprovar a proposta. Deputados da base governista voltaram a admitir que a reforma Administrativa pode ficar para 2023. No Twitter, o deputado Rogério Correia comentou que a PEC 32 está "próxima de ser enterrada".

Vale destacar que a vitória em primeiro turno da PEC 23 aconteceu com apenas 4 votos do mínimo necessário. Essa é uma sinalização da dificuldade do governo em obter votos para aprovação de suas propostas, mesmo com ajuda do 'orçamento secreto'. A mesma pressão está sob a PEC 32, apelidada de 'PEC da Rachadinha', ou 'PEC da Destruição'. "É inegável que o orçamento secreto pode fazer a diferença nessas votações, mas a pressão popular segue fundamental para

que os deputados e deputadas deem votos, de fato, a favor dos direitos da população", comentou o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva.

Matéria completa no site da Condsef

CNTC, FENADSEF E FISENGE ENVIAM INFORMATIVO SOBRE ACT 2019/2020 DOS EMPREGADOS DA CONAB

Comissão Nacional de Negociação da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO - CNTC, da FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - FENADSEF e da FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS - FISENGE, representante dos empregados da Conab, informa que no dia 04 de novembro de 2021, às 13 horas, foi realizada uma nova reunião da mesa de negociação para o ACT 2019/2020, que estão discutindo conjuntamente as tratativas em fase de mediação no Tribunal Superior do Trabalho - TST (Procedimento de Mediação Pré-Processual nº 1000815.91-2019.5.00.0000, mediado pelo Exmo. Senhor Juiz Mediador, Dr. Giovane Olsson).

A reunião contou com a participação do novo Diretor de Gestão de Pessoas da Conab, Dr. Bruno Scalon Cordeiro, e demais membros da comissão Patronal, além dos membros das comissões de negociação dos empregados e diretores das suas entidades representativas.

Na oportunidade, foram feitas diversas considerações pelas partes, sobre as propostas que se encontram pendentes de negociação, na perspectiva de encontrar um entendimento conjunto para o fechamento do ACT em questão, diante do cenário atual nas negociações de Acordos Coletivos.

Após as devidas discussões, as entidades/comissões dos empregados ficaram de analisar a possibilidade de formalizar até o dia 12/11/2021, uma nova proposta sobre as cláusulas pendentes de negociação, objetivando a análise e manifestação pela Comissão Patronal.

Reiteramos aos empregados da Conab sobre a importância, para que todos os trabalhadores se mobilizem em seus locais de trabalho para defender as conquistas com muita luta.



Para saber mais acesse
 as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
 Coordenação: Afonso Barbosa e Lucy Mary Matos
 Jornalistas: Camila Garcia (3357 CE) e Letícia Alves